

sãom

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO 2017



22 de Março de 2018

17
July
17
17
17

Índice

1	Identificação da Entidade	5
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
3	Principais Políticas Contabilísticas	6
3.1	Bases de Apresentação	6
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	14
5	Ativos Fixos Tangíveis	14
6	Ativos Intangíveis	15
7	Custos de Empréstimos Obtidos	16
8	Inventários	17
9	Rédito	17
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	18
11	Imposto sobre o Rendimento	18
12	Benefícios dos empregados	18
13	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	19
14	Outras Informações	19
14.1	Investimentos Financeiros	19
14.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	19
14.3	Clientes e Utentes	20
14.4	Outras contas a receber	20
14.5	Diferimentos	20
14.6	Caixa e Depósitos Bancários	21
14.7	Fundos Patrimoniais	21
14.8	Fornecedores	21
14.9	Estado e Outros Entes Públicos	21
14.10	Outras Contas a Pagar	22
14.11	Subsídios, doações e legados à exploração	22
14.12	Fornecimentos e serviços externos	22
14.13	Outros rendimentos	23
14.14	Outros gastos	23
14.15	Resultados Financeiros	23
15	Acontecimentos após data de Balanço	24

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including what appears to be 'Ay' and other illegible marks.

V. 17 A. 17.
 J. 17.
 D. 17.
 C. 17.

BALANÇO
 (Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2017 (1)
ACTIVO:		
Activo não corrente:		
Activos fixos tangíveis	5	16 569.30
Bens do património histórico e artístico e cultural		-
Propriedades de investimento		-
Activos intangíveis	6	522.15
Investimentos financeiros		23 528.67
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.2	-
		40 620.12
Activo corrente:		
Inventários		-
Créditos a receber	14.3	45 624.87
Estado e outros entes públicos	14.9	15 777.67
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		50.00
Outras contas a receber		41 690.77
Diferimentos	14.5	4 340.11
Outros activos financeiros		-
Caixa e depósitos bancários	14.6	217 313.72
		324 797.14
Total do Activo		365 417.26
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:		
Fundos patrimoniais		
Fundos		10 507.66
Excedentes Técnicos		-
Reservas		-
Resultados transitados		199 776.26
Outras variações nos fundos patrimoniais		-
Resultado líquido do período		9 246.79
Total do Fundo de Capital		219 530.71
PASSIVO:		
Passivo não corrente:		
Provisões		-
Provisões específicas		-
Financiamentos obtidos		-
Outras contas a pagar		-
		-
Passivo corrente:		
Fornecedores	14.8	35 994.29
Adiantamentos de Clientes		-
Estado e outros entes públicos	14.9	17 686.57
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-
Financiamentos obtidos		-
Diferimentos	14.5	54 565.12
Outras contas a pagar	14.10	37 640.57
Outras passivos financeiros		-
		145 886.55
Total do Passivo		145 886.55
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		365 417.26

A7 Juf

 J. P.

 es

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Nótas	31/12/2017 (1)
Vendas e serviços prestados		213.942,20
Subsídios à exploração	14.11	506.497,92
Variação nos inventários da produção		-
Trabalhos para a própria entidade		-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(135 210.56)
Fornecimentos e serviços externos	14.12	(170 770.82)
Gastos com o pessoal		(452 405.68)
Imparidades (perdas/reversões)		-
Provisões (aumentos/reduções)		-
Outros rendimentos e ganhos	14.13	78 995.45
Outros gastos e perdas	14.14	(27 636.59)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		13 411.92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(7 487.71)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		5 924.21
Juros e rendimentos similares obtidos		3 322.58
Juros e gastos similares suportados		0.00
Resultado antes de impostos (EBT)		9 246.79
Imposto sobre o rendimento do período		-
Resultado líquido do período		9 246.79

1 Identificação da Entidade

A S.A.O.M.- Serviços de Assistência Organizações de Maria é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 220, Série III de 22/9/1994, com sede em Rua das Virtudes, 11. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos na velhice e em todas as situações de falta, ou diminuição, de meios de subsistência ou capacidade para o trabalho; e
- Promover a satisfação das necessidades biopsicossociais dos indivíduos em risco de exclusão social, da infância à velhice;

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	10.507,66
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	2.800,00
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0.00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	13.307,66

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manteve-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável pois as demonstrações financeiras respeitam os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados, para melhor compreensão.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3 anos
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a checkmark and several illegible signatures.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais. Tal se verifica se são registadas como ativo.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

✓
A. J. J. J.
J. J.
J. J.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Handwritten notes and signatures in the right margin, including a checkmark and several illegible signatures.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a checkmark and several illegible signatures.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a checkmark and several illegible signatures.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público:

Descrição
Edifício Rua das Virtudes nº 11 Porto

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	0.00					0.00
Equipamento básico	95 119.33	1.188,00				96 307.33
Equipamento de transporte	132 468.84					132 468.84
Equipamento administrativo	114 804.66					114 804.66
Outros Ativos fixos tangíveis	1 310.67					1 310.67
Total	343 703.50	0.00	0.00	0.00	0.00	344 891.50
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	0.00					0.00
Equipamento básico	81 109.08	6 963.90				88 072.98
Equipamento de transporte	126 430.03	6 038.81				132 468.84
Equipamento administrativo	106 309.60	3 935.61				110 245.21
Outros Ativos fixos tangíveis	1 310.67					1 310.67
Total	315 159.38	0.00	0.00	0.00	0.00	332 097.70

d.
Aj.
me
ful

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	0.00					0.00
Equipamento básico	96 307.33					96 307.33
Equipamento de transporte	132 468.84					132 468.84
Equipamento administrativo	114 804.66	1.213.40				116 018.06
Outros Ativos fixos tangíveis	1 310.67					1 310.67
Total	344 891.50	1.213.40	0.00	0.00	0.00	346 104.90
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	0.00					0.00
Equipamento básico	88 072.98	4170.37				92 243.35
Equipamento de transporte	132 468.84					132 468.84
Equipamento administrativo	110 245.21	2808.47				113 053.68
Outros Ativos fixos tangíveis	1 310.67					1 310.67
Total	332 097.70	6.978.84	0.00	0.00	0.00	339 076.54

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	2 101.30	479.70				2 993.05
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	2 101.30	0.00	0.00	0.00	0.00	2 993.05
Depreciações acumuladas						

Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	0.00					0.00
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	2 993.05					2 993.05
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	2 993.05	0.00	0.00	0.00	0.00	2 993.05
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	0.00					0.00
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Loações Financeiras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Descobertos Bancários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas caucionadas			0.00			0.00
Contas Bancárias de Factoring			0.00			0.00
Contas bancárias de letras descontadas			0.00			0.00
Outros Empréstimos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

	2017	2016
--	------	------

Descrição	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0.00	133 324.80	0.00	0.00	104 254.25	0.00	0.00
Produtos acabados e intermédios	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Produtos e trabalhos em curso	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Total	0.00	133 324.80	0.00	0.00	104 254.25	0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				160 212.09			135 210.56
Variações nos inventários da produção				0.00			0.00

9 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	331.05	8 964.37
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	79 080.84	73 882.17
Quotas e joias	1 040.00	180.00
Promoções para captação de recursos	0.00	0.00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0.00	0.00
Serviços Secundários	133 490.31	99 104.65
Juros	3 322.58	3 698.00
Royalties	0.00	0.00
Dividendos	0.00	0.00
Total	217 264.78	185 829.19

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
Centro Regional Segurança Social	422 691,04	414 746,10
Apoios do Governo		
SICAD	69 658,88	53 638,41
Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)	14 148,00	3 989,31
Instituto da Segurança Social (ISS,IP) POPH		
Instituto da Segurança Social (ISS,IP) PIEF		
Autarquias Locais		
Total	506.497,92	472.373,82

11 Imposto sobre o Rendimento

Não se prevê/espera imposto corrente a pagar.

Descrição	2017	2016
IRC Liquidado	0.00	0.00
Tributação Autónoma		
Total	0.00	0.00

12 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respetivamente cinco.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de "39" e em 31/12/2017 foi de "39".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0.00	0.00
Remunerações ao pessoal	361 026.89	360 329.79
Benefícios Pós-Emprego	0.00	0.00
Indemnizações	0.00	0.00
Encargos sobre as Remunerações	78 305.27	76 007.36
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3 207.57	4 239.79
Gastos de Ação Social	0.00	0.00
Outros Gastos com o Pessoal	603.55	1 906.54
Total	443 143.28	442 483.48

170.
 17 jul
 170

13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos em associadas	20 000.00	20 000.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	20 000.00	20 000.00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos noutras empresas	0.00	0.00
Outros investimentos financeiros	3 528.67	2 406.74
Perdas por Imparidade Acumuladas	0.00	0.00
Total	23 528.67	22 406.74

14.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	50.00	0.00
Doadores - em curso	0.00	0.00
Patrocinadores	0.00	0.00
Quotas	0.00	0.00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00
Perdas por imparidade	0.00	0.00
Total	50.00	0.00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0.00	30.00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0.00	0.00
Resultados disponíveis	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00

Total	0.00	30.00
--------------	-------------	--------------

14.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	40 236.68	39 198.57
Utentes	12 774.71	11 208.32
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	53 011.39	50 406.89

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2017	2016
Clientes		
Utentes	0.00	-7 386.52
Total	0.00	-7 386.52

14.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	-538.53	0.00
Adiantamentos ao pessoal	0.00	0.00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0.00	0.00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0.00	0.00
Outras operações	-215.57	-920.24
Outros Devedores	31 763.42	94 631.96
Perdas por Imparidade	0.00	0.00
Total	31 009.32	93 711.72

14.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros / outros	4 340,11	3 213,42
Total	4 340.11	3 213.42
Rendimentos a Reconhecer		
Subsídios SICAD / IEFP	37 640,57	103 337,05
Total	37 640.57	103 337.05

Handwritten signature and initials:
A. J. J. J.
D. J. J.

14.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	6 486.25	6 680.88
Depósitos à ordem	7 827.47	15 864.59
Depósitos a prazo	203 000.00	203 000.00
Outros		
Total	217 313.72	225 545.47

14.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	10 507.66	0.00	0.00	10 507.66
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	0.00	0.00	0.00	0.00
Resultados transitados	236 830.39	0.00	-37 054.13	199 776.26
Excedentes de revalorização	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0.00	0.00	0.00	0.00
Total	247 338.05	0.00	-37 054.13	210 283.92

14.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	35 994.29	36 044.12
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0.00	0.00
Total	35 994.29	36 044.12

14.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	15 249.75	5 607.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	527.92	0.00
Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00
Total	15 777.67	5 607.00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 268.99	8 412.13
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0.00	0.00
Segurança Social	9 137.19	8 979.00
Outros Impostos e Taxas	3 151.29	1 938.37
Total	15 557.47	19 329.50

Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

14.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		538.53		0.00
Cauções	0.00		0.00	
Outras operações		215.57		920.24
Perdas por imparidade acumuladas		0.00		0.00
Fornecedores de Investimentos		0.00		0.00
Credores por acréscimo de gastos		0.00		0.00
Outros credores		-31 763.42		-94 631.96
Total	0.00	-31 009.32	0.00	-93 711.72

14.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	422 691.04	414 746.10
Subsídios de outras entidades	83 806.88	82 105.66
Doações e heranças	0.00	0.00
Legados	0.00	0.00
Total	506 497.92	496 851.76

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

14.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0.00	0.00
Serviços especializados	79 624.89	63 538.19
Materiais	11 844.07	16 224.88
Energia e fluidos	55 678.91	48 652.59
Deslocações, estadas e transportes	1 186.34	2 496.44
Serviços diversos	22 434.21	27 204.18
Total	170 770.82	158 116.28

✓
 J. A. J. J. J.
 J. A. J. J. J.

14.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	0.00	2 255.39
Descontos de pronto pagamento obtidos	0.00	22.19
Recuperação de dívidas a receber	0.00	0.00
Ganhos em inventários	0.00	0.00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros rendimentos	78 995.45	82 019.08
Total	78 995.45	84 296.66

14.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	22.17	397.30
Descontos de pronto pagamento concedidos	0.00	0.00
Incobráveis	0.00	0.00
Perdas em inventários	0.00	0.00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0.00	0.00
Gastos em investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros Gastos	27 614.42	14 586.74
Total	27 636.59	14 984.04

14.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0.00	138.80
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00	0.00
Outros gastos e perdas de financiamento	0.00	0.00
Total	0.00	138.80
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3 322.58	3 698.00
Dividendos obtidos	0.00	0.00
Outros Rendimentos similares	0.00	0.00
Total	3 322.58	3 698.00
Resultados Financeiros	3 322.58	3 559.20

15 Acontecimentos após data de Balanço

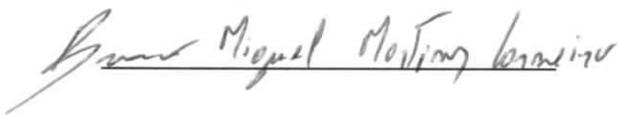
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

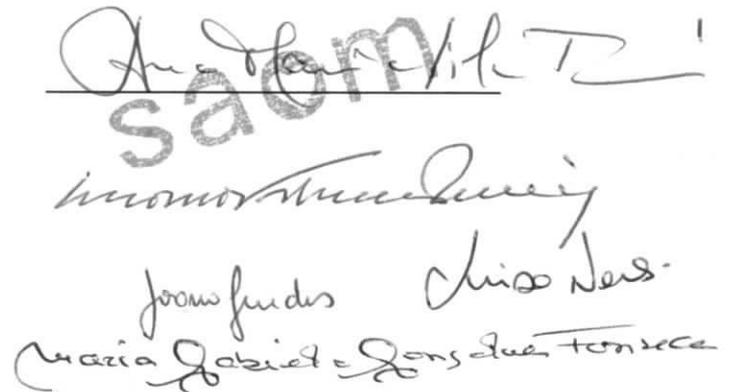
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Assembleia Geral em 22 de Março de 2018.

Miragaia, 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



O Orgão de Administração



SAOM